

Reunião da Comissão de Trabalhadores da Universidade de Aveiro

Ata n.º 45

16 de dezembro de 2024

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, decorreu no Auditório Renato Araújo, do Edifício Central e da Reitoria, a reunião periódica legalmente prevista entre o Reitor, Paulo Jorge Ferreira, e a Comissão de Trabalhadores da Universidade de Aveiro, encontrando-se presentes, para além do Reitor, a Comissão de Trabalhadores, através dos seus membros David Furtado, Lucinda Ferreira, Jorge Monteiro, Chantal Teixeira, Patrícia Monteiro, Marta Teixeira e Gonçalo Ramalho. Esteve igualmente presente o Administrador, Mário Pelaio, o Diretor-Delegado dos Serviços de Ação Social (SAS), João Ribeiro, e o Chefe de Divisão da área de Qualidade, Ambiente e Segurança dos Serviços de Gestão Técnica (SGT), Johnny Reis.

A reunião decorreu de acordo com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Aprovação da ata da reunião anterior

Ponto dois: Informações

Ponto três: Parques de estacionamento 1, 2, 3 e 4

Ponto quatro: Alteração de Posicionamento Remuneratório por Opção Gestionária no próximo ciclo avaliativo

Ponto cinco: Oferta de serviço de Bar aos edifícios 1, 2 e 3, espaços marmitta na Universidade de Aveiro

Ponto seis: Equipamentos elevatórios na Universidade de Aveiro: contratos de manutenção, inspeções periódicas, situações crónicas conhecidas

Ponto sete: Outros assuntos

Procedeu-se à discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, nos seguintes termos:

Ponto UM: Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Ponto DOIS: Informações

O assunto das vagas do CIAQ, abordado na reunião anterior pela Comissão de Trabalhadores, foi retomado pelo Reitor que revelou ter reunido com a direção do referido centro e obtido alguns esclarecimentos. Assim, aquando da transição do Centro para as instalações da UA, foi efetivamente estabelecido um acordo que conferia aos filhos de trabalhadores da UA uma reserva de 2/3 das vagas. Neste momento tal prerrogativa não existe mais, dada a natureza do referido centro, que atualmente depende das regras e quadro definido pela Segurança Social. Não obstante este contexto, o Sr. Reitor informou que ainda assim, 60 a 70% das crianças que frequentam atualmente o CIAQ são filhos membros pertencentes à Comunidade Académica.

O Administrador partilhou igualmente algumas informações. Começou por aludir aos dados do Relatório do questionário sobre o teletrabalho na UA, cujos resultados se revelaram genericamente bastante favoráveis e esta forma de organização do trabalho. De seguida, o referido dirigente fez uma abordagem comparativa do número de procedimentos realizados nos últimos 3 anos em matéria de contratação pública, tendo ainda feito menção, no que às questões da avaliação de desempenho concerne, à iminente divulgação da Deliberação n.º 1 – CCA/2024, que vem definir as regras e o calendário de implementação do SIADAP 1, 2 e 3 na Universidade de Aveiro para 2025. Finalmente, abordou a colocação levada a cabo pelos serviços de gestão técnica de um muro nos limites do parque de estacionamento 1, por forma a evitar danos maiores nos veículos aí estacionados, conforme já alertado em anterior ocasião pela Comissão de Trabalhadores.

Ponto TRÊS: Parques de estacionamento 1, 2, 3 e 4

A Comissão de Trabalhadores manifestou a sua satisfação com a decisão de não cobrança de valores nos parques de estacionamento, pelo menos até que a situação das cancelas fique regularizada, regozijando-se também com a colocação da uma barreira de proteção, conforme figura 1, em baixo:



Figura 1 Barreira de proteção

À parte disso, a Comissão questionou se já se afigurava possível avançar com uma data para a resolução definitiva do problema das cancelas. Adicionalmente, manifestou disponibilidade para agendar uma reunião com os serviços de gestão técnica por forma a sinalizar os principais problemas sentidos nos parques, tendo ainda reportado uma nova preocupação relacionada com a colocação de alcatrão nas lombas da Avenida João Jacinto de Magalhães, conforme figuras 2 e 3, em baixo. De acordo com a Comissão, a solução encontrada veio agravar a situação original, sendo agora a probabilidade de dano na suspensão dos veículos bastante maior.



Figura 2 Sinalização de 2/3 de travessia de peões.



Figura 3 Alcatrão corretivo de obstrução.

O Sr. Chefe de Divisão dos SGT esclareceu a este propósito que as passadeiras pretendem funcionar como lombas redutoras de velocidade e que a responsabilidade pela colocação do alcatrão é da Câmara Municipal de Aveiro, tendo sido essa a melhor solução encontrada para o efeito. O Sr. Reitor reforçou que a capacidade de intervenção da UA no arruamento é reduzida.

Em matéria distinta, o Administrador informou que a resolução da situação das cancelas se encontrava inicialmente dependente da abertura de um procedimento pré-contratual com vista à aquisição de serviços de manutenção, procedimento entretanto concluído, e cujo contrato se encontra já a ser executado. Como tal, existe a expectativa de que o processo possa ficar resolvido até ao final do ano.

A Comissão lembra que o estacionamento perto do local onde se encontrava o Autocarro Bar deixará de estar disponível muito em breve, o que irá provocar mais pressão sobre os parques de estacionamento da UA. Referiu ainda que, motivados pela escassez de lugares de estacionamento, dois trabalhadores foram já multados por estacionamento indevido

O Sr. Reitor esclareceu que a UA não é a gestora aquele espaço de estacionamento, reconhecendo que a sua indisponibilidade trará grandes constrangimentos para os trabalhadores da UA e do Hospital, em simultâneo. Relativamente à questão das multas, referiu não compreender como é que ainda há pessoas que estacionam indevidamente o carro sabendo-se o historial de multas na área do Campus. A troca de ideias terminou com o compromisso de se corrigir e melhorar tudo o que estiver ao alcance da UA.

Ponto QUATRO: Alteração de Posicionamento Remuneratório por Opção Gestionária no próximo ciclo avaliativo

O Sr. Reitor forneceu algumas informações sobre a implementação do novo modelo de avaliação de desempenho, que entrará plenamente em vigor em 2025. Referiu que existem opções que a UA pode tomar para ajudar trabalhadores a progredir, especialmente para aqueles que disso não beneficiam há vários anos. Se antes apenas 25% dos trabalhadores podiam ter avaliações acima da média, neste momento, com a entrada em vigor da nova Lei, este número aumentou para 60%. Haverá por isso lugar a mais progressões e a progressões mais rápidas, situações com evidente impacto orçamental. No que toca às progressões por opção gestionária, o Sr. Reitor referiu que é sua opção continuar a dar aos trabalhadores a possibilidade de progredir mais rapidamente. Para esse fim, serão brevemente definidos os valores e limites orçamentais a tanto destinados, e caso não haja limitações quantitativas adicionais, impostas pelo Governo, tudo decorrerá em conformidade com os limites de verba para esse efeito orçamentada.

Paralelamente, a Comissão aproveitou a ocasião para questionar sobre as avaliações do biénio 2023/2024 e os seus efeitos nas posições remuneratórias dos trabalhadores.

O Sr. Reitor esclareceu que para tal, é previamente necessária a conclusão do processo de avaliação 23/24 com a consequente homologação das notas referentes ao mencionado biénio.

Uma trabalhadora da plateia interveio, entretanto, questionando se a progressão por opção gestonária se irá aplicar a dirigentes. Em caso negativo, de que forma é que os dirigentes poderão pedir arrastamento de nota na carreira de origem, caso estes tenham obtido um “adequado”, sem serem prejudicados em relação a outros TAG. O Administrador sugeriu que para estes casos, os dirigentes optem por solicitar avaliação por ponderação curricular, por essa via lhes sendo possível vir a obter a menção de “relevante”, podendo, depois sim, solicitar o arrastamento de nota. O Reitor complementou a informação, dizendo que quando o dirigente obtiver um “excelente” ou um “relevante”, para efeitos de arrastamento de nota, a questão das quotas não se coloca. Para além disso, o Sr. Reitor acrescentou ainda que o resultado da avaliação do Serviço (SIADAP 1), se merecedor de excelente, poderá vir a aumentar as quotas destinadas aos trabalhadores da respetiva Unidade. O Sr. Reitor terminou o tópico ajuizando que o 1º ano de adaptação ao novo modelo de funcionamento do SIADAP acaba por ser o mais difícil.

Ponto CINCO: Oferta de serviço de Bar aos edifícios 1, 2 e 3, espaços marmita na Universidade de Aveiro

A Comissão questionou sobre a previsão de oferta de serviço de bar nos edifícios 1,2 e 3, uma vez que existia um bar no edifício 3 que se encontra encerrado desde o tempo da COVID e com o encerramento do autocarro-Bar ficaram estes edifícios sem acesso a esse serviço. Pelo que pergunta se há previsão para reabertura do bar do edifício 3. Questionou ainda se haverá alguma estratégia para combater o aumento da escassez de lugares nos espaços marmita da UA, questão já levantada na reunião de outubro, mas que não sofreu alterações.

O Sr. Diretor Delegado dos SAS interveio sobre cada uma das situações, informando o seguinte:

- Para o edifício 1: não está previsto nenhum bar;
- Para o edifício 2: foi discutida a eventual abertura de um bar, mas não existem novos dados;
- Para o edifício 3: pretende-se abrir um bar, com gestão pelos SAS, que ainda não ocorreu dada a degradação do equipamento aí existente, que obrigou os Serviços à abertura de procedimentos pré-contratuais para aquisição de novo balcão e equipamento, estritamente necessários para o seu normal funcionamento. Vão diligenciar para abrir rapidamente.

- Espaços marmitta: o bar do Departamento de Engenharia Mecânica vai ser renovado e abrirá brevemente. Existe, além disso, um espaço adicional na associação académica que poderá ser utilizado. O espaço marmitta do IEETA mantém o seu normal funcionamento.

O Dirigente em referência solicitou, contudo, o favor de lhe fazerem chegar todas as preocupações relacionadas com estas matérias.

Ponto SEIS: Equipamentos elevatórios na Universidade de Aveiro: contratos de manutenção, inspeções periódicas, situações crónicas conhecidas

A Comissão revelou que tem recebido informações sobre a falta de inspeção dos elevadores, questionando sobre o ponto de situação das mesmas e sobre as soluções a tomar para os equipamentos sinalizados com anomalias permanentes. Uma trabalhadora do DLC reportou a existência de uma avaria em dois elevadores do DLC, que é especialmente prejudicial para os alunos com mobilidade reduzida, uma vez que ficam impedidos de aceder aos pisos superiores.

O Sr. Chefe de Divisão dos SGT pronunciou-se sobre o assunto dizendo que estão sinalizadas as situações crónicas. Explica que para os elevadores mais antigos faltam peças no mercado e está a ser feita uma análise crítica à sua substituição total. Relativamente às inspeções, esclareceu que os pedidos são todos tempestivamente submetidos junto das Câmaras Municipais de Aveiro e Águeda, ficando a inspeção dependente de entidades externas. Neste momento, existe um atraso por parte dos referidos municípios no processamento e na resposta aos pedidos efetuados.

O Administrador acrescentou que além dos problemas na manutenção dos elevadores, as empresas raramente respondem quando lhes é solicitado. Pretende-se alterar o quadro contratual existente para que efetivamente deem resposta em tempo útil. O processo de acompanhamento encontra-se atualmente centralizado num único serviço, o que não facilita o processo de reparação, que por si só, já é moroso. Neste momento, estão-se a estudar em conjunto com os SGT opções para cada caso. A avaliação da prestação do serviço, também neste setor, contribuirá para perceber se um fornecedor cumpre ou não com os requisitos do objeto contratual. O Reitor acrescentou que uma abordagem descentralizada poderá ser o modelo mais adequado à gestão deste tipo de problemas. Numa primeira fase experimental, com os SAS, num segundo momento, expandindo para as demais Unidades.

Ponto SETE: Outros assuntos.

A Comissão questionou sobre o ponto de situação do despacho de consolidação de mobilidade intercategorias dos trabalhadores em regime público. O Administrador referiu que irá averiguar a situação.

A Comissão informou que visitou a ESAN e a ESTGA e alertou para a dificuldade sentida pelos trabalhadores da ESAN e da ESTGA para participar em formações e eventos, uma vez que se encontram a uma distância considerável dos locais habitualmente escolhidos para estes momentos. O mesmo acontece com o acesso ao serviço de medicina no trabalho pois para realizarem os exames e assegurarem a sua presença na respetiva consulta, acabam por investir uma manhã ou uma tarde inteira para o efeito, situação que anteriormente não se verificava, pois, o serviço era prestado lá. O Reitor reconhece a sensibilidade da situação, ficando de explorar eventuais hipóteses para colmatar estas dificuldades. A comissão alertou ainda para situações de falta de manutenção e falta de resposta dos SGT a situações reportadas.

A Comissão questionou ainda se existiram avanços nos processos de manutenção e na revisão dos extintores. Por último, alertou para a pobreza energética de alguns edifícios, pois não têm acesso a aquecimento. Este ano as temperaturas frias apenas se fizeram sentir em dezembro, pelo que os serviços não foram apanhados desprevenidos, não se compreendendo assim que, nesta altura do ano, os equipamentos não estejam em condições de funcionamento.

O Sr. Chefe de Divisão dos SGT informou que estão a analisar propostas no âmbito de um concurso para colmatar os problemas referidos. Em janeiro, crê que os referidos problemas possam estar já ultrapassados.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas 16h:13m, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Reitor, pelo Administrador e por três representantes da Comissão de Trabalhadores.



Paulo Jorge Ferreira

David Furtado

Mário Pelaio

Lucinda Ferreira

Jorge Monteiro
